

e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se onde se lê «Aguinaldo Marques de Sousa — 19-09-72» deve ler-se «Aguinaldo Marques de Souza — 19-09-72».

8 de Setembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23414/2008

1 — Nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e em conjugação com o n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, é exonerado a seu pedido o licenciado Miguel José Lopes Romão do cargo de director da Direcção-Geral da Política de Justiça.

2 — Registo e louvo a inteligência, a competência e o elevado sentido das responsabilidades com que as funções foram exercidas pelo Dr. Miguel Romão, destacando em especial o período da Presidência Portuguesa da UE, em que foram da maior relevância para o seu sucesso.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Agosto.

3 de Setembro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 23415/2008

1 — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Helena Correia de Sousa Gomes de Oliveira Dias para exercer as funções de minha secretária pessoal durante o período de baixa médica por motivo de gravidez e de licença de maternidade de Carla Sofia da Silva Godinho, nomeada minha secretária pessoal através do despacho n.º 8009/2005, de 14 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2005.

2 — O presente despacho de nomeação cessa os seus efeitos na data em que terminarem os impedimentos ao exercício de funções referidos no número anterior de Carla Sofia da Silva Godinho.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Setembro de 2008.

5 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 361/2008

Publicação dos subsídios atribuídos pelo Ministério da Justiça, a que se refere o conjugado com o n.º 1 do art. 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, respeitante ao 1.º Semestre de 2008.

Beneficiário	Montante (euros)	Entidade decisora	Data
Federação Portuguesa de Associações de Surdos.	40.000,00	Ministro da Justiça.	17.04.2008
I.A.C. — Instituto de Apoio à Criança.	40.012,53	Secretária-Geral Adjunta.	19.03.2008
<i>Total</i>	80.012,53		

8 de Setembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Listagem n.º 362/2008

Publicação das bolsas atribuídas aos Auditores de Justiça provenientes dos Palop, que frequentaram o Centro de Estudos Judiciários, no 1.º Semestre de 2008, a que se refere o conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei 26/94, de 19 de Agosto.

Beneficiário	Montante (euros)
Aimadu Sauné	3.815,82
Atanásio Saturnino João Samo	3.815,82
Cecília Ventura João Caetano	3.815,82
Daniel Hostelina Alves Monteiro.	3.815,82
Gregório Lívio Dias Mavila.	3.815,82
José Sequeira Lopes.	3.815,82
Ladislau Clemente Fernandes Embassa.	3.815,82
Maria Sanira Teixeira Gomes	3.815,82
Maria Flora Lopes	3.815,82
Nelson Ricardo dos Santos da Cruz.	2.543,88
Pansau Natchare.	3.815,82
Romelo Barai	3.815,82
Sandra Júlio Nhamoneque	3.815,82
<i>Total</i>	48.333,72

8 de Setembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 23416/2008

Por despacho de 2008.06.05 do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Isabel Maria Alves da Silva da Costa, Assistente Administrativa Especialista do quadro de pessoal da extinta Inspeção-Geral dos Jogos, a exercer funções em regime de requisição no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, provida automaticamente como Especialista Auxiliar de Escalão 2 para o quadro da Polícia Judiciária.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

9 de Setembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 23446/2008

1 — Nos termos dos artigos 27.º e 32.º da Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto, dos despachos do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, de 27 de Fevereiro de 2008, do Secretário de Estado da Administração Pública, de 21 de Fevereiro de 2008, e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 20 de Fevereiro de 2008, e da deliberação do conselho directivo do INML, I.P., de 7 de Março de 2008, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso documental, tendo em vista a celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença anuais, renováveis até ao limite máximo de três anos, com 7 médicos, para realização de actividade pericial de clínica forense no âmbito do direito do trabalho — juntas médicas e exames de revisão — nos Tribunais de Trabalho da área de actuação da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, I.P.)

2 — A remuneração mensal será a correspondente ao número de exames realizados, cujo valor unitário é o fixado na Portaria n.º 685/2005, de 18 de Agosto.

3 — Local da prestação da actividade — Tribunais da área de actuação da Delegação do Sul ou, na sua impossibilidade, em local a indicar por aquela Delegação.

4 — Requisitos de admissão — licenciatura em medicina, inscrição na Ordem dos Médicos que habilite ao livre exercício da actividade médica e conhecimentos de informática ao nível do utilizador.